

Literatura negra resgata vozes silenciadas da história

Produções traz novas perspectivas sobre a realidade social e cultural do país

Maria Firmina dos Reis foi a primeira mulher negra da América Latina a escrever um romance, "Úrsula", em 1859, e foi também a primeira professora concursada do estado do Maranhão. Por muito tempo, ela e tantos outros autores negros foram apagados da história, ou passaram por um embranquecimento, como ocorreu com um dos maiores representantes da literatura brasileira, Machado de Assis. "Há quem se surpreenda ao saber que assim como ele, Lima Barreto, Domingos Caldas Barbosa e outros autores consagrados eram negros. Ao serem lidos com a contextualização de sua identidade negra, em um Brasil escravocrata, revelam camadas profundas de suas reflexões com e sobre a sociedade, bem como a ambiguidade moral e as relações de poder", observa Flávia Alcântara, professora de Pedagogia da Estácio.

A literatura negra está presente no Brasil desde o século 18, mas sua consolidação veio somente dois séculos depois. Conhecer essa riquíssima produção é conhecer a história do país e quebrar estereótipos de um povo que foi, por inúmeras vezes, retratado de forma preconceituosa na literatura brasileira e reduzido a papéis de coadjuvantes e vilões.

"Na formação da cultura brasileira, os autores negros têm um papel essencial, já que muitas das contribuições culturais mais significativas do Brasil têm raízes na diáspora africana. Escritores como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Machado de Assis – um dos fundadores da literatura brasileira – apresentam a literatura como um espaço de luta, expressão e preservação de memórias que são essenciais para a compreensão do nosso passado e para a construção de um futuro

mais justo. Eles nos lembram da resiliência e da riqueza cultural negra, fortalecendo a identidade nacional e oferecendo contribuições indispensáveis à literatura, à educação e à cidadania", destaca Flávia Alcântara.

Segundo a pedagoga e doutora em Educação, a produção literária negra traz não apenas mais representatividade para o mercado editorial, como oferece narrativas que retratam a complexidade da experiência negra e a diversidade do Brasil. "A presença de escritores negros amplia o repertório de histórias e perspectivas disponíveis, mas também firma essa representatividade e equidade em uma indústria historicamente marcada pela falta de diversidade. Quando autores negros têm espaço para contar suas próprias histórias, eles enriquecem o mercado editorial com novas vozes, que ajudam a reduzir estereótipos e a combater preconceitos profundamente enraizados. É fundamental "dar voz" àqueles que foram - e ainda seguem sendo - silenciados em diversas esferas sociais, sobretudo nas ligadas à instrução e construção intelectual", descreve.

Para os leitores, explica Flávia Alcântara, o acesso a livros escritos por autores negros permite uma compreensão mais holística da sociedade brasileira, que se construiu a partir de inúmeras influências africanas. "Essa diversidade reflete vivências, tradições e formas de ver o mundo que são essenciais para a identidade cultural do país. Livros escritos por autores negros podem abordar temas como identidade, racismo, resistência, família e ancestralidade de maneira profundamente enraizada na realidade brasileira. E para um leitor negro, ter acesso a uma obra produzida por um autor negro representa a possibilidade de ocupação de espaços que outrora foram impensados para essa camada étnico-racial da



Autor incompreendido em seu tempo, Lima Barreto traz a linguagem das ruas

nossa população", afirma.

A adoção da literatura negra no currículo escolar promove uma educação mais diversa, inclusiva e representativa da realidade social e cultural brasileira, como analisa a professora da Estácio. "A presença de autores negros nas escolas dá voz a perspectivas e vivências que são frequentemente ignoradas no currículo tradicional, com obras que abordam desigualdades sociais, identidades e experiências históricas fundamentais. Ao narrar sua própria vida em "Quarto de Despejo", Carolina Maria de Jesus expõe a realidade das periferias e das pessoas marginalizadas, sensibilizando os alunos para a importância de questões

como pobreza e desigualdade social. Conceição Evaristo, com seu conceito de "escrivência", aborda as experiências das mulheres negras, trazendo para o centro do debate temas como ancestralidade, identidade e resistência", pontua.

Flávia Alcântara acrescenta que o estudo de obras sobre pessoas negras, tal qual escritas por autores negros, permite que os alunos desenvolvam uma visão mais ampla e empática sobre o país. "Além disso, é uma oportunidade para que estudantes negros se vejam representados, reforçando o senso de identidade e pertencimento, enquanto ajuda a combater preconceitos e a valorizar a diversidade cultural. A

inclusão de mais autores negros no currículo escolar, bem como, de protagonistas negros nas narrativas que circulam nas escolas, é garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação representativa e transformadora", finaliza.

A professora Flávia Alcântara, recomenda algumas obras para que as pessoas comessem a ler os autores.

Literatura e teóricas para adultos

Pele negra, máscaras brancas (Ubu, 1952); Um defeito de cor (Ana Maria Gonçalves - Record, 2006); Pequeno manual antirracista (Djamila Ribeiro - Companhia das Letras, 2019); Racismo,

sexismo e desigualdade no Brasil (Sueli Carneiro - Selo Negro, 2011); Quarto de despejo: diário de uma favelada (Carolina Maria de Jesus - Ática, 1960); Olhos d'água (Conceição Evaristo - Dallas, 2014); Quando me descobri negra (Bianca Santana - Sesi-SP, 2016); O avesso da pele (Jefferson Tenório - Companhia das Letras, 2020); O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado (Abdias Nascimento, Perspectiva, 1978); Mulheres, raça e classe (Angela Davis - Boitempo, 2016); Lugar de negro (Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg - Indez, 1982); Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra (Nilma Lino Gomes - Autêntica, 2019); O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação (Nilma Lino Gomes - Vozes, 2017) e A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras (Nilma Lino Gomes - Mazza, 1995).

Literatura infantojuvenil

Betina (Nilma Lino Gomes - Mazza, 2009); O menino coração de tambor (Nilma Lino Gomes - Mazza, 2013); O presente de Ossanha (Joel Rufino dos Santos - Global, 2006); Amoras (Emicida - Companhia das Letras, 2018); O cabelo de Cora (Ana Zarco Câmara - Pallas, 2013); Meninas negras (Madu Costa - Mazza, 2010); A cor de Coraline (Alexandre Rampazo - Rocco, 2017); Histórias sobre pequenas grandes coisas (Otávio Júnior - Panda Books, 2022); A pele que eu tenho (Bell Hooks - Boitatá, 2022); Meu crespo é de rainha (Bell Hooks - Boitatá, 1999); A cor da ternura (Geni Guimarães - Quinteto, 2017), e Gente de cor, cor de gente (Maurício Negro - FTD, 2017).

Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres

Por Redação e Agência Brasil

O programa Viva Maria aderiu à Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, com um recorte especial sobre a situação das mulheres negras no Brasil. O programa recebe a professora Renata Parreira, especialista em história afro-brasileira e africana, para discutir as razões que tornam as mulheres negras as principais vítimas de violência.

No Brasil a campanha dos 16 Dias de Ativismo começou no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, e segue até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Viva Maria explica que a campanha é adaptada a realidade de cada país e no caso do Brasil, por exemplo, leva em consideração a dupla vulnerabilidade da mulher negra. As mulheres negras entre 16 e 24 anos têm 3 vezes mais chances de serem estupradas que as mulheres brancas.

Além da violência física, psicológica e sexual, as negras sofrem também a violência racial em todos os lugares.

Com saudações afro-lati-

nas e em sintonia com o movimento, Viva Maria reforça seu compromisso em dar voz às mulheres negras e em mobilizar a sociedade para construir um país mais justo e sem violência. Até o fim da campanha, o programa seguirá trazendo especialistas e ativistas para aprofundar o debate sobre a realidade das mulheres negras no Brasil.

Cenário da violência

A atual estrutura social ainda faz com que milhares de vezes sejam silenciadas em todas partes do mundo e principalmente no Brasil, que até 2019 ocupava o 5º lugar do ranking dos países que mais matam mulheres. Esse fato só reforça que a cultura do silêncio em torno do sofrimento feminino, ainda é muito forte, além de ressaltar que os estigmas criados em cima do patriarcado desde séculos passados, continua a enclausurar mulheres.

Todo esse sufocamento gera uma série de problemas relacionados à violência contra o grupo em diversas camadas sociais. Em 2023, de acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cresceram todos os tipos de violência contra a mulher. O levantamento



Campanha leva em consideração a dupla vulnerabilidade da mulher negra

aponta que 258.941 vítimas de agressão denunciaram, 38.507 reportaram casos de violência psicológica, 77.083 de stalking, 778.921 de ameaças. Houve também 8.372 vítimas de tentativas de homicídio e 2.797 de feminicídio.

Violência obstétrica com recorte de raça

Um recente estudo feito pelo o Ministério da Saúde em conjunto com a Fiocruz mostra que a morte de mães negras é

duas vezes maior que a de brancas. Dados da pesquisa apontam que, em 2022, enquanto o número de mortes maternas está em 46,56 para mulheres brancas, no caso das mulheres pretas, é mais que o dobro: 100,38 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. No caso das pardas, a incidência é de 50,36. Nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia de covid-19, a diferença também foi significativa: em 2021, a Razão de Mortalidade Materna (RMM) ficou em

194,8 no caso das mulheres negras (127,6 em 2020); 121 para brancas (64,8 em 2020) e 100 para pardas (68,8 em 2020). Segundo o Ministério, considerando o recorte de mulheres pretas, é importante destacar que dados similares foram registrados em um período muito anterior à pandemia, em 2016, mulheres pretas somaram 119,4 mortes de 100 mil nascidos vivos contra 52,9 em brancas.

O estudo feito pelas instituições relembra um caso que

retrata bem o racismo e mortalidade materna de mulheres negras, trazendo à tona a história de Alyne da Silva Pimentel Teixeira, que morava no bairro de Belford Roxo, no Rio de Janeiro. No dia 14 de novembro de 2002, Alyne, negra e com 28 anos, estava no sexto mês de gestação, quando buscou assistência na rede pública de saúde, com dores abdominais e náuseas. Após ser mandada de volta para casa pela primeira vez, voltou ao hospital e foi constatada a morte do feto. Após horas de espera, foi submetida à cirurgia, o quadro se agravou e sua transferência para outro hospital foi indicada. Na outra unidade médica, esperou horas no corredor e faleceu dois dias depois, por conta de uma hemorragia digestiva resultante do parto do feto morto.

Hoje, 21 anos depois, esse problema persiste, 19,8% das mulheres pardas e 18,7% de pretas tiveram que peregrinar para conseguir atendimento médico contra 14% de brancas. Frente aos números destacados pela pesquisa, o Brasil assumiu uma meta junto às Nações Unidas de redução das mortes para 30 até 2030.